

Pensando a sociedade e o estado no Brasil

Jairnilson Silva Paim

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PAIM, JS. Pensando a sociedade e o estado no Brasil. In: *Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica* [online]. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008, pp. 49-68. ISBN 978-85-7541-359-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PENSANDO A SOCIEDADE E O ESTADO NO BRASIL

A formação da sociedade brasileira, se a reconstituirmos pela interpretação de seus intelectuais ‘demiurgos’, a partir de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Machado de Assis, Celso Furtado e Florestan Fernandes, é um processo complexo de violência, proibição da fala, mais modernamente privatização do público, interpretado por alguns com a categoria de patrimonialismo, revolução pelo alto, e incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia; em resumo, anulação da política, do dissenso (OLIVEIRA, 1999, p. 58-59).

Embora na pós-modernidade tenha-se tornado comum questionar as chamadas grandes narrativas, entender a Reforma Sanitária Brasileira, conforme a proposta construída a partir da década de 70 do século 20, exige certa aproximação ao pensamento produzido sobre a sociedade e o Estado no Brasil. Esta necessidade se torna mais imperiosa em um estudo que pretende contribuir com a compreensão e crítica de um dado projeto de reforma social.

Afinal, como o Brasil tem sido pensado? Como a sociedade brasileira tem sido refletida por seus intelectuais no que tange a cultura, à economia e as instituições sociais, sobretudo a partir da

República? Quais as análises disponíveis sobre o Estado brasileiro e sua burocracia? Em que medida esse pensamento social influenciou o pensamento em saúde e lastreou as explicações e proposições contidas no *projeto* da Reforma Sanitária? Ainda que não seja pretensão deste capítulo responder todas essas questões, cumpre esclarecer que representam pontos de partida, na tentativa de examinar os desafios e as possibilidades do *processo* da RSB.

A obra que teve como subtítulo *Teoria do Brasil* (RIBEIRO, 1975) ilustra uma dessas grandes narrativas com a pretensão de compreender este país e seu povo. Compondo um conjunto de estudos sobre antropologia da civilização, o livro em questão tem, como foco, os brasileiros. Parte do pressuposto de que a evolução sócio-cultural pode ser reconstituída a partir “revoluções tecnológicas”, capazes de gerar múltiplos processos civilizatórios que, por sua vez, originariam diversas formações economicossociais ou socioculturais. Apontando várias dessas “revoluções” (agrícola, urbana, do regadio, metalúrgica, pastoril, mercantil, industrial, termonuclear) apresenta a seguinte definição:

[...] revoluções tecnológicas consistem em transformações prodigiosas nos modos de produção e na tecnologia militar, as quais, uma vez amadurecidas, geram antagonismos com as formas anteriores de associação e com os corpos ideológicos pré-existentes, provocando mudanças sociais e culturais tendentes a refazer os modos de pensar, de ser e de agir das sociedades por elas afetadas (RIBEIRO, 1975, p. 29).

A partir dessa noção, o autor admite duas vias dos processos civilizatórios (aceleração evolutiva e atualização ou incorporação histórica), destacando aqueles identificados no curso da Revolução Industrial: o capitalismo e o socialismo (revolucionário, evolutivo e “nacionalismo modernizador”). Ao examinar as configurações histórico-culturais, esse antropólogo identifica quatro tipos de povos: testemunhos, novos, transplantados e emergentes. Critica as explicações do subdesenvolvimento a partir da causalidade climática, religiosa e racial, insinuando a relevância do elemento político. Embora compreenda a determinação da evolução humana a partir do progresso

da tecnologia produtiva e militar, associado a sucessivas “revoluções tecnológicas” e de “processos civilizatórios” por elas desencadeados, adota o conceito de modo de produção, nele incluídos os conteúdos tecnológicos (meios de produção) e socioeconômicos (relações de produção), com uma abordagem próxima ao marxismo:

[...] a exploração das potencialidades de uma tecnologia está freqüentemente condicionada pelo modo de organização das relações de produção, pelo caráter da estrutura de poder e, inclusive, por fatores ideológicos (RIBEIRO, 1975, p. 87).

Ao analisar o caso brasileiro, destaca a crise institucional do período 1954-1964 na qual a ruptura de 1964 indicava que o país enfrentou tal situação pela via da “atualização histórica” ou reflexa, em vez da “aceleração evolutiva”, com conseqüências nefastas:

[...] a evolução, sempre que se processa pela via da atualização histórica, traz consigo certos efeitos de atraso e arcaísmo que de algum modo distanciam os componentes cênicos dos periféricos através de defasagens sociais e culturais (RIBEIRO, 1975, p. 164).

Já Sodré, ao procurar decifrar o Brasil, elaborou uma síntese da história da cultura brasileira em três fases – cultura colonial, cultura de transição e cultura nacional, definindo cultura como “formas da vida espiritual da sociedade que nascem e se desenvolvem à base do modo de produção dos bens materiais historicamente determinado” (SODRÉ, 1977, p. 3). Vinculou a “descoberta” do Brasil ao surto mercantil europeu na busca de ampliação do mercado mundial. Assim, no fim do medievalismo, a produção transformou o artesanato em manufatura, enquanto as necessidades históricas do mercado mundial conduziram as navegações e descobrimentos.

Essa primeira fase da cultura, baseada numa classe dominante escravista ou feudal, foi anterior ao aparecimento da pequena burguesia e teve como limite o ano de 1759, com a expulsão dos jesuítas. Nesta etapa podem ser destacados os aspectos predatórios do processo de colonização, o monopólio do comércio externo pela metrópole e

a religião como fator de unidade cultural. Por isso, segundo alguns autores, para compreender o Brasil contemporâneo é preciso ir tão longe (PRADO JÚNIOR, 2000, ABREU, 2000), particularmente no que se refere à sua formação econômica (FURTADO, 2000).

Verifica-se a proibição de falar tupi nos púlpitos das igrejas e a catequese dos jesuítas, conquistando consciências durante dois séculos e meio. Além de se tratar de uma cultura transplantada, não apresentava preocupações profissionais: “só para difundir preceitos religiosos se recebiam e utilizavam os conhecimentos” (SODRÉ, 1977, p. 17). Essa cultura colonial tornava-se possível porque não perturbava a estrutura vigente. Ao lado da destruição dos valores indígenas, essa atividade cultural não era necessitada pela classe dominante enquanto a classe dominada “não a podia sustentar”. O saber era ofício para os religiosos e prenda para os letrados, quando a atividade cultural confundia-se com o ócio. Em 1747, por exemplo, ocorreu a destruição da primeira gráfica que ilustrava a pobreza cultural da classe dominante, restando aos dominados a contribuição através da música e da dança (SODRÉ, 1977).

Na segunda fase (cultura de transição), ocorreu o aparecimento da pequena burguesia antes da burguesia, fenômeno considerado comum nas regiões em que as relações pré-capitalistas tiveram vigência prolongada. Nesta etapa foram realçados a exploração do ouro, rompendo com a vida sedentária agrícola, o crescimento da população e o desenvolvimento do comércio interno, configurando relações pré-capitalistas locais. Ampliou-se a divisão do trabalho, inclusive com aumento de funcionários nos aparelhos de Estado. A classe dominante tornou-se mais numerosa, com expansão da camada média, espaço em que são gerados os elementos da cultura (SODRÉ, 1977). Nesse contexto, verificou-se o transplante de reivindicações da ideologia burguesa em ascensão e a difusão da cultura européia entre os brasileiros.

Com o aumento da urbanização, segundo o autor, “os letrados encontram pares” nas cidades. Os estudos eram voltados para as letras e completados em Coimbra. No século XVIII, as artes plásticas

desenvolveram-se com o barroco brasileiro e o Aleijadinho. O florescimento cultural em Ouro Preto, ilustrado por *Marília de Dirceu* de Tomás Antônio Gonzaga, ao lado da efêmera Academia Científica em 1771, denota iniciativas culturais relevantes. No período joanino, o piano ganhou força, havendo contratação de mestres estrangeiros, e em 1808 surgiu a imprensa, com espaços para oradores sacros e jornalistas. Apareceram os cursos jurídicos, sendo os bacharéis considerados os intelectuais orgânicos dessa nova ordem:

Os elementos letrados, leigos e religiosos, oscilam entre dois pólos: as duras exigências práticas oriundas dos interesses da classe dominante [...] e as fascinantes influências teóricas oriundas do pensamento europeu, da área onde a revolução burguesa havia subvertido os padrões culturais e forjado novo conteúdo ideológico (SODRÉ, 1977, p. 39).

A partir da Independência, o Império instalou-se enquanto a revolução burguesa avançava no ocidente. Redefiniu-se o papel da escola com a privatização do ensino médio, adquirindo um caráter universalista e enciclopedista: “o livro, perseguido como subversivo, só compatível com o uso dos religiosos começou a circular” (SODRÉ, 1977, p. 44).

Na segunda metade do século XIX expandiu-se a produção do café, convivendo com crises do exterior, aumentou a população, apareceram os jornais e, na literatura, surgiu o indianismo de José de Alencar. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se a ideologia colonialista, assentada em um conjunto de preconceitos para justificar a dominação, com “explicações” geográficas, climáticas, raciais, entre outras. No final daquele século apareceram propostas de reformas religiosa, eleitoral, militar, abolição e república. Foi iniciada a Reforma da Educação (1882), com o parecer de Ruy Barbosa, junto à difusão do positivismo, criação da Academia Brasileira de Letras (1896), instalação das Escolas Politécnicas e o desenvolvimento do sanitarismo, com a implantação dos Institutos Manguinhos, Biológico e Butantan no início do século XX (SODRÉ, 1977).

Esse momento de “subversão burguesa” realizou-se no contexto do desenvolvimento capitalista ao longo da Primeira Guerra Mundial,

com a polêmica entre protecionistas e livre-cambistas e o advento do imperialismo (do comércio aos investimentos). A Revolução de Outubro ocorreu justamente nesse momento de formação da classe operária no Brasil. Em 1922 aconteceu a Semana de Arte Moderna de São Paulo (Movimento Modernista de 22), a Revolta do Forte de Copacabana, a organização de parte do proletariado no Partido Comunista, a agitação urbana em São Paulo, repercutindo depois na criação da Previdência Social através da Lei Eloy Chaves. Nesse processo de renovação cultural, o imperialismo britânico foi progressivamente sendo substituído pelo americano, de modo que o ano emblemático de 1922 foi também marcado pelo primeiro empréstimo tomado pelo Brasil aos EUA (SODRÉ, 1977) e pelos investimentos americanos no país, que superaram, pela primeira vez, os ingleses.

Assim, a burguesia emergente voltava os seus olhos para os jovens militares e para a longa marcha da Coluna Prestes no país, durante a década de 20, cujas lideranças expressivas, a exceção de Luiz Carlos Prestes, participaram depois da “Revolução de 30” (PRESTES, 1991), reduzindo-se ao tenentismo:

O Tenentismo, na verdade, almeja precisamente a moralização da República: que as leis sejam cumpridas, que as eleições sejam honestas, que os homens públicos sejam probos, e tudo estará solucionado - homens bons tornam a sociedade boa, não há necessidade de alterar a sociedade, mas apenas os homens (SODRÉ, 1977, p. 57).

Enquanto isso, a pequena burguesia se apresentava como “vanguarda ousada”, sobretudo com o Modernismo, encerrando-se a fase da “cultura de transição” com o golpe de 1930 (SODRÉ, 1977).

A terceira fase correspondeu ao surgimento e desenvolvimento da cultura nacional, com o alastramento das relações capitalistas. Cresceram a burguesia e o proletariado, embora de forma lenta e desigual até 1950. Assim, o desenvolvimento capitalista brasileiro sofreu, portanto, as influências das crises do imperialismo. O crescimento econômico mais autônomo apareceu com a Primeira Guerra Mundial e após a crise de 1929, particularmente durante a

Segunda Guerra Mundial. A partir desta, o imperialismo mudaria de orientação, apoiando o desenvolvimento industrial nos países da sua periferia, e o Brasil atingia “a etapa de desenvolvimento capitalista em que os produtos da cultura se transformam em mercadorias” (SODRÉ, 1977, p. 65).

Em 1938, o valor da produção industrial conseguiu ultrapassar o da produção agrícola e observou-se uma renovação cultural, podendo o período ser subdividido de 1930 a 1945 e no pós-45. No primeiro, momento de efervescência política e luta ideológica, conviveu-se com medidas de exceção (1935) e a ditadura do Estado Novo (1937). Mas com o desenvolvimento das relações capitalistas verificou-se a ampliação do mercado de trabalho artístico, com um novo *status* para o artista (simbolicamente ilustrado pelo encontro de Getúlio Vargas com Dercy Gonçalves). No teatro surgiram Oduvaldo Viana e Joracy Camargo, enquanto na literatura Jorge Amado e Graciliano Ramos. A universidade foi criada nessa época, com alguma desconfiança, assegurando a profissionalização de médicos, dentistas, advogados, engenheiros e farmacêuticos. Verificou-se uma divisão de trabalho com novas exigências universitárias, no sentido de “formar quadros que a sociedade necessita e, ao mesmo tempo, isentá-los de qualquer tendência à mudança” (SODRÉ, 1977, p. 74). No que diz respeito ao desenvolvimento da pesquisa científica, as exigências respondiam a necessidades da urbanização, apoiando medidas preventivas, higiene e saneamento, com conseqüente crescimento de instituições.

No momento ulterior a 1945, as influências culturais européias são substituídas pelas americanas, crescendo o rádio, o cinema, a televisão e a imprensa, com agências de notícias e publicidade. Instalou-se a “cultura de massa” com as características de homogeneidade, baixa qualidade e padronização de gostos, idéias, preferências, motivações, interesses e valores (SODRÉ, 1977). Promoveram-se a música popular¹ e o futebol pelo rádio, o Cinema Novo foi inventado, a arquitetura produzia Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, a televisão forjava os “heróis da Roda Viva” e o teatro era renovado por José Celso Martinez, Oduvaldo Viana Filho, Augusto Boal, Paulo Pontes e Chico Buarque

de Holanda. A universidade sofreu expansão, abrigando a pequena burguesia que no pós-64 lutou contra o *Relatório Atcon* e a Reforma Universitária, urdida pelo Convênio MEC-USAID. Ampliou-se a atuação dos órgãos do imperialismo para o controle cultural, tais como o Banco Internacional para a Reestruturação e o Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), *Agency for International Development* (AID), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização dos Estados Americanos (OEA), Fundações Ford, Rockefeller, Kellogg, gerando novas contradições:

Na dialética do processo histórico está inserida a contradição que impõe ao desenvolvimento capitalista por um lado a necessidade de fazer avançar e expandir os conhecimentos, enquanto, de outro lado, é compelido a manter o monopólio da cultura (SODRÉ, 1977, p. 129).

Quando se desloca o olhar da cultura para a sociedade, o clássico *A revolução burguesa no Brasil* (FERNANDES, 1975) corresponde a outra leitura seminal sobre o país. Diferentemente dos estudos que acentuam as dimensões socioculturais ou psicossociais, como a “casa-grande”, o patriarcalismo ou a oligarquia, o autor questionava a associação entre o senhor de engenho e o burguês, pois o excedente econômico obtido pelo primeiro nada tinha a ver com o “lucro” apropriado pelo segundo. Assim, a burguesia apareceria no Brasil de forma tardia, com um curso distinto do verificado na Europa. Só com a Independência, a partir da superação do estatuto colonial, foram criadas as condições para a sua expansão com a formação de uma sociedade de classes.

Mesmo a criação de um Estado nacional independente não decorreu de mudanças na organização das relações sociais de produção. O poder político foi preservado para os estamentos senhoriais, com o fortalecimento das respectivas estruturas socioeconômicas. E assim o sociólogo ofereceu pistas teóricas para tornar compreensível a ênfase concedida por vários autores, cientistas e literários, às dimensões socioculturais ou psicossociais:

[...] o primeiro grande salto que se deu na evolução do capitalismo no Brasil é antes de natureza sócio-cultural que econômica. Surgia um novo *estilo de vida*; e este requeria que a sociedade brasileira se adaptasse, internamente, à existência e à expansão de uma economia de mercado (FERNANDES, 1975, p. 80).

O setor “velho” da economia não se transformou nem se destruiu para gerar o “novo”. Daí a especificidade dessa “Revolução Burguesa” numa economia colonial, periférica e dependente, na qual seus agentes históricos foram especialmente os fazendeiros do café e o imigrante. A sua concretização ficou na dependência de transformações econômicas, sociais, políticas, psicoculturais e tecnológicas que só se realizaram quando o desenvolvimento capitalista alcançaria “o clímax” de sua evolução industrial. No caso das suas relações com o Estado, apareceram outras particularidades:

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge e faz sua unificação no plano político antes de converter a dominação sócio-econômica no poder político indireto (FERNANDES, 1975, p. 203).

Ao contrário de certas concepções no pensamento de esquerda que nas décadas de 1950 e 1960 não admitiam o desenvolvimento capitalista em países como o Brasil, ao ponto de cunharem a expressão “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, foi realizada posteriormente uma interpretação sociológica alternativa de situações de dependência na América Latina:

A novidade da hipótese não está no reconhecimento da existência de uma dominação externa – processo óbvio – mas na caracterização da forma que ela assume e dos efeitos distintos, com referência às situações passadas, desse tipo de relação de dependência sobre as classes e o Estado. Salientamos que a situação atual de desenvolvimento dependente não só supera a oposição tradicional entre os termos desenvolvimento e dependência, permitindo incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 141).

Esses autores, ao reconhecerem que o Estado estendeu a sua atuação para além da dimensão jurídica, funcionando como “a própria organização política das classes” (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 134) convergiam, de certo modo, para um conjunto de interpretações sobre a sociedade brasileira que pontifica o Estado como seu Demiurgo, como se pode verificar nas palavras de um dos seus mais argutos estudiosos:

O mercantilismo empírico português, herdado pelo Estado brasileiro, fixou-se num ponto fundamental [...]. Este ponto, claramente emergente da tradição medieval, apurado em especial pela monarquia lusitana, acentua o papel diretor, interventor e participante do Estado na atividade econômica. O Estado organiza o comércio, incrementa a indústria, assegura a apropriação da terra, estabiliza preços, determina salários, tudo para o enriquecimento da nação e o proveito do grupo que a dirige (FAORO, 2000a, p. 70).

Não por acaso, a instalação da República, quando o povo bestificado pensava tratar-se de um desfile militar (FAORO, 2000b), e as “revoluções” de 1930 e 1964 encontraram como fator decisivo o braço armado do Estado (BANDEIRA, 1977). O processo de industrialização que se realizou até 1930 correspondeu à evolução do capitalismo competitivo, gerando uma crise no poder burguês ao transitar para o capitalismo monopolista. A partir dessa crise apareceram pressões contra a dominação burguesa por três vias: de fora para dentro; através do proletariado e das massas populares; e pelo próprio Estado, mediante intervenção direta na esfera econômica (FERNANDES, 1975).

Diante de tais pressões, a “fuga para frente” se realizava pela via do desenvolvimento econômico acelerado, ampliando e aprofundando a incorporação da economia nacional e das estruturas nacionais de poder à economia mundial e suas respectivas estruturas de poder. Com o capitalismo monopolista e o recrudescimento da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento, “o caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se” (FERNANDES, 1975, p. 220).

Em síntese, a emergência e expansão de mercado capitalista moderno no Brasil podem ser caracterizadas e descritas a partir de três fases: eclosão de um capitalismo moderno (da abertura dos portos a 1860); formação e expansão de um capitalismo competitivo (1860-1950); e erupção de um capitalismo monopolista (fim de 1950 a após 1964). Nessa evolução, as crises enfrentadas pela oligarquia agrária “tradicional” ou por seus “rebentos” urbano-comerciais e financeiros “modernos” não teriam caráter estrutural posto que a solidariedade de classe facilitava os arranjos oligárquicos com os demais setores (FERNANDES, 1975).

Ao lado disso conformou-se um “modelo autocrático burguês” que se mantém ao longo do século 20 mediante a “impregnação militar e tecnocrática” e a “domesticação particularista do Estado”. Esta expressa-se pelo caráter patrimonialista que caracteriza o Estado brasileiro, antes mesmo do domínio da burguesia:

Os próprios cargos públicos do Brasil, reservados a premiar serviços e colocar a nobreza ociosa, passaram a ser vendidos, a partir do século XVIII. Burguesia e funcionários, afastados pelas atividades e preconceitos, se unem numa mesma concepção de Estado: a exploração da economia em proveito da minoria que orienta, dirige, controla, manda e explora (FAORO, 2000a, p. 265).

A referida “domesticação” se revela, por exemplo, na atuação do maior banqueiro e empresário do Império. Mauá, além de conseguir proteção alfandegária, buscou dois auxílios diretos: garantia de compra de tubos para encanamento de águas pelo governo e empréstimo a longo prazo e com juros baixos (FAORO, 2000b).

O poder – a soberania nominalmente popular – tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre. [...] O Estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência se necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados de seu estado-maior (FAORO, 2000b, p. 380).

No caso da “impregnação militar”, sempre esteve presente nas decisões políticas da República, na superfície ou no subterrâneo,

de modo real ou potencial. A própria República, resultante de um golpe militar, foi atravessada no século 20 por várias intervenções deste tipo, com curtos momentos de democracia. Assim, têm-se as movimentações militares do início daquele século, a revolta do Forte de Copacabana em 1922, o tenentismo, o golpe de 1930, outro em 1937, quando se instala o Estado Novo, a deposição do próprio Getúlio Vargas em 1945, o golpe de 1964 e outros dentro dele, a exemplo do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), em 1968, e o impedimento da posse do vice-presidente Pedro Aleixo no ano seguinte, passando o país a ser dirigido por uma junta militar, sucedida por generais que ocuparam a Presidência da República até 1985.

Pressões militares em 1954 relacionam-se com o suicídio de Getúlio Vargas, com o “golpe preventivo” do General Lott para assegurar a posse de Juscelino Kubitschek (JK) e no início da década seguinte com o veto ao vice-presidente João Goulart, impedindo-o de assumir plenamente a Presidência da República, a partir da renúncia do Presidente Jânio Quadros. Daí a conclusão de que “o militarismo está para o Exército como o fanatismo para a religião, como o charlatanismo para a ciência” (FAORO, 2000b, p. 163). Portanto, o Estado brasileiro, além de capitalista e autoritário, tem como característica central o patrimonialismo:

O coronelismo, o *compadrazzo* latino-americano, a ‘clientela’ na Itália e na Sicília participam da estrutura patrimonial. Peças de uma ampla máquina, a visão do partido e do sistema estatal se perde no aproveitamento privado da coisa pública, privatização originada em poderes delegados e confundida pela incapacidade de apropriar o abstrato governo instrumental (Hobbes) das leis. O patrimonialismo pulveriza-se, num localismo isolado, que o retraimento do estamento secular acentua, de modo a converter o agente público num cliente, dentro de uma extensa rede clientelista (FAORO, 2000b, p. 259).

E a incompetência da burguesia brasileira de fazer a sua revolução não parece comprometer a sua dominação:

Os interesses burgueses superaram, assim, sua debilidade congênita na esfera política. Deixaram de ‘ter de pressionar’ o

Estado por vias indiretas e precárias (através do Parlamento, dos meios de comunicação em massa, da manipulação de greves e de agitações populares etc.), conduzindo aos ajustamentos necessários a formas de exteriorização menos visíveis, mas que se adaptam melhor a requisitos técnicos e políticos de rapidez, sigilo, eficácia, segurança, economia etc. (FERNANDES, 1975, p. 346).

Apesar da relevância da questão do Estado no Brasil, poucos foram os estudos de fôlego que o tomaram como objeto. Além do clássico *Os donos do poder* (FAORO, 2000a, 2000b), podem ser ilustrados alguns ensaios que tratam do tema (CARDOSO, 1975, FIORI, 1995). Assim, o exame do Estado, adjetivado de “burocrático-autoritário” no início da década de 70, voltava mais a atenção para a natureza do regime e do “modelo político”, do que para o Estado em si. Mesmo reconhecendo que no caso brasileiro o moderno Príncipe não seria o partido, mas o Estado, faltava aprofundar a análise das características e do papel desempenhado na formulação e implementação de políticas, respondendo brevemente a pergunta: que Estado é este?

Trata-se do comitê executivo de um pacto de dominação que expressa a aliança entre funcionários (militares e civis), ‘burguesia de Estado’ (ou seja, executivos e *policy-makers* das empresas estatais), grande empresariado privado (nacional e estrangeiro) e os setores das ‘novas classes médias’ a ele ligados (CARDOSO, 1975, p. 215).

Justamente esses interesses dominantes cristalizados no Estado e nos aparelhos de hegemonia encontravam-se presentes na conjuntura da transição democrática, onde nasceu a proposta da Reforma Sanitária, devendo ser objeto de análise mais adiante. Já na década de 90 que corresponde à segunda conjuntura sob exame neste estudo, a discussão sobre o Estado brasileiro veio no bojo de propostas de reforma do Estado para adequá-lo às mudanças da infra-estrutura econômica decorrentes da reestruturação produtiva do capitalismo. Em vez de “burocrático-autoritário”, acrescenta-se ao Estado o adjetivo “desenvolvimentista” para combatê-lo. Este tipo de Estado, configurado desde os anos de 1930, corresponderia à versão latino-americana da hegemonia

keynesiana da Europa, mas sem os direitos associados ao *Welfare State*. Em tempos de neoliberalismo e de hegemonia do monetarismo na condução das políticas econômicas, tal Estado desenvolvimentista teria que ser reformado no sentido contrário das mudanças propostas pela Constituição de 1988. Todavia, o projeto desenvolvimentista que serviu para adjetivar o Estado brasileiro por mais de meio século foi sustentado por um bloco político conservador, contando com apoio dos partidários do liberalismo econômico e mantendo o seu caráter autoritário (FIORI, 1995).

O Estado desenvolvimentista nasceu do “condomínio oligárquico”, mantendo intocada a estrutura fundiária. Não contemplando a participação democrática, conviveu com o populismo até 1964 e a mobilização eleitoral das massas urbanas. Mantendo mobilizações e cooptação de apoios clientelistas durante a democracia e os anéis burocráticos na ditadura, este tipo de Estado perdeu o apoio empresarial e enfrentou-se com a crise fiscal, a hiperinflação e a explosão da dívida pública. Dessa análise foi possível extrair, pelo menos, o que o Estado brasileiro *não foi*:

Se o Estado brasileiro não repetiu o desempenho dos Estados desenvolvimentistas asiáticos, tampouco foi keynesiano e, evidentemente, em nenhum momento, foi social-democrata. Também não propiciou, do ponto de vista da organização social do trabalho, nada que se possa chamar de *fordismo*, nem alocou recursos ou mesmo construiu a institucionalidade adequada ao funcionamento do *Welfare State*. (FIORI, 1995, p. 150).

Ainda que o autor não tenha avançado no estudo da natureza do Estado brasileiro após a crise do Estado desenvolvimentista, pelo menos alinhavou algumas características de um Estado que fosse forte, ágil, autônomo e democrático. Este tipo de Estado talvez se apresente mais flexível diante do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a formação do capitalismo transnacional em tempos de globalismo.

Finalmente, uma grande síntese da produção intelectual acerca do pensamento social no Brasil corresponde ao último livro escrito por um dos mais autênticos cientistas sociais brasileiros. No capítulo

que contempla as “teses sobre o Brasil moderno”, o autor ressalta que as interpretações disponíveis podem priorizar um setor da sociedade ou “formular visões de conjunto, integrativas, buscando as linhas mestras da história nacional” (IANNI, 2004, p. 41). Ressalta como uma das interpretações recorrentes aquela que entende o Estado como demiurgo da sociedade, onde a sociedade civil aparenta um subproduto, pouco organizada ou, na acepção gramsciana, gelatinosa. Entre tais intérpretes, figuram desde autoritários, “com inflexões fascistas”, até os que reconhecem a dinâmica das forças sociais subalternas.² Inspiram-se no modelo jurídico-político europeu de Estado-nação, com influências americanas (liberalismo, constitucionalismo, divisão dos três poderes, democracia e cidadania):

Essa é a visão da história de boa parte das ‘élites’ deliberantes e governantes, visão esta na qual está implícita ou explícita a idéia de que o povo, enquanto coletividade de cidadãos, precisa ser criado e tutelado, de cima para baixo (IANNI, 2004, p. 44).

No que diz respeito à sociedade, prevalece um pensamento sobre aspectos socioculturais e psicossociais ao tratar da família, parentesco, casa-grande, patriarcalismo, herança da colonização portuguesa, oligarquia, entre outros aspectos, esquecendo ou secundarizando a economia e a política.³ Na medida em que a sociedade é patriarcal, caberia a justificativa de um Estado demiurgo. São elaborados mitos e tipos ideais (bandeirante, índio, negro, jeca-tatu, macunaíma) produzindo-se uma história a-histórica:

Essa família de tipos aponta para o descompromisso, a informalidade, a liberdade inocente, o trabalho como atividade lúdica, o descompromisso com a disciplina, a rejeição do trabalho como obrigação, a sociabilidade solta, imprevisível (IANNI, 2004, p. 49).

Nessa perspectiva, podem ser examinados certos mitos que integram a cultura brasileira, a exemplo da visão edenista vinculada às descobertas do Novo Mundo:

Enquanto no Velho Mundo a natureza avaramente regateava suas dádivas, repartindo-as por estações e só beneficiando os previdentes, os diligentes, os pacientes, no paraíso americano ela se entregava de imediato em sua plenitude, sem a dura necessidade - sinal de imperfeição - de ter de apelar para o trabalho dos homens (BUARQUE DE HOLANDA, 2000, p. 10-11).

As formas de sociabilidade vão se estruturar via religião, especialmente através do catolicismo, seja na Colônia, Monarquia ou República.⁴ A religião católica representaria a argamassa intelectual, cultural e ideológica, “sendo particularmente relevante em conjunturas críticas, quando se ameaçam ou rompem estruturas de poder (IANNI, 2004, p. 50). Assim, antes de 1964, as discussões sobre um projeto de “capitalismo nacional” envolveram setores sociais e organizações de esquerda, contemplando a industrialização ou uma suposta “vocação agrária”, mas que se expressaram, concretamente, na formação “de um novo bloco de poder, de composição industrial-agrária, sob a direção da burguesia industrial em expansão” (IANNI, 2004, p. 52).⁵

Os herdeiros desse projeto de “capitalismo nacional”, que aparecem em crise na *Terra em transe* do Glauber Rocha, ou se misturam com o tropicalismo presente no mencionado filme de Cacá Diegues, vão se enfrentar com a ampla inserção do Brasil na economia mundial e com o neoliberalismo progressivamente adotado pelos governos desde 1985:

À medida que predomina o projeto de ‘capitalismo transnacional’, desenvolve-se uma crescente dissociação entre o Estado e a Sociedade, rompendo-se o metabolismo que se havia criado nas décadas anteriores. Modificam-se os significados de ‘público’ e ‘privado’, ‘nacional’ e ‘mundial’, ‘indivíduo’ e ‘sociedade’, ‘povo’ e ‘cidadão’, ‘democracia’ e ‘tirania’ (IANNI, 2004, p. 53).

Alinhados com o FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC), certos autores, atores e executores⁶ utilizaram o maniqueísmo capitalismo versus comunismo para formular e implementar suas políticas durante a Guerra Fria. Na passagem

do século 20 para o 21, suas diretrizes configuraram o chamado “pensamento único”, independentemente de outras tendências presentes na sociedade civil:

A maioria dos setores sociais, compondo a maior parte do povo, tem sido alijada de conquistas sociais que haviam alcançado em longas décadas de lutas sociais. Grande parte da sociedade está sendo desafiada a reorganizar-se e movimentar-se de modo a sobreviver em um contexto no qual o Estado se transforma em aparelho administrativo de classes e grupos sociais, ou blocos de poder, dominantes em escala mundial (IANNI, 2004, p. 55).

Alternativamente, a idéia do socialismo estimulou a análise da formação da sociedade brasileira centrada nas classes sociais e na luta de classes.⁷ Nessa perspectiva, procura-se explicar o caráter específico da “revolução burguesa”, especialmente após a abolição formal da escravatura. A partir de estudos historiográficos ou de contribuições literárias, essa corrente desenvolveu “toda uma interpretação original da história do Brasil, desde as condições e as possibilidades dos setores sociais subalternos” (IANNI, 2004, p. 56). Com base nessa matriz teórica marxista, tem-se analisado o bloco agrário da 1ª República e a sua recomposição a partir da década de 1930 como bloco de poder industrial-agrário.

A partir de um “capitalismo associado” construído na segunda metade do século 20, especialmente com a “era JK” e o período da ditadura, aprofundou-se o debate sobre desenvolvimento e dependência, cujo desenlace se expressa na passagem do século 21:

A interpretação da formação e da transformação da sociedade brasileira na perspectiva da sociedade de classes revela nexos e movimentos fundamentais do Brasil-Nação, uma história atravessada por lutas sociais e rupturas históricas. E aponta para o projeto de ‘socialismo’, como idéia e prática, reivindicações e lutas, a caminho da democracia política e social. Sob vários aspectos, o projeto de ‘socialismo nacional’ tem raízes em momentos cruciais da história brasileira; e está desafiado a recriar-se, quando está em curso um novo ciclo de globalização do capitalismo, compreendendo a

transnacionalização das classes e lutas de classes (IANNI, 2004, p. 57).

Portanto, ao lado da sociedade, da cultura e da economia há um Estado brasileiro que precisa ser decifrado no “caminho da democracia política e social”. Este Estado que passa a ter a saúde como dever, necessita ser investigado na sua estrutura de poder. Entre o Estado que *não foi* e o Estado *que fosse*, deve haver um Estado *que é*: capitalista, autoritário, privatizado e patrimonialista. Este Estado realmente existente foi aquele do qual o *projeto* da Reforma Sanitária teve a oportunidade de se aproximar em um momento de crise de hegemonia, presente na transição democrática, ainda que resultante de um “pacto pelo alto”.

No caso da sociedade, permanece o desafio de compatibilizar a dominação burguesa com a democracia. O conhecimento dessa sociedade e desse Estado realmente existente se faz necessário para compreender o *processo* da RSB. Assim, a transição que possibilitou a inclusão, na cena política e em aparelhos estatais, de sujeitos oriundos de movimentos sociais que lutaram contra a ditadura e pelo reconhecimento dos direitos sociais, pode indicar a atuação de outros atores políticos que apostaram no desenvolvimento da cidadania, apontando para a possibilidade de uma Reforma Democrática do Estado no Brasil.

Este pensamento social sobre o Brasil constitui o legado teórico que a geração comprometida com a democratização da saúde tem ao seu dispor. Suas possibilidades de analisar e interpretar a realidade brasileira talvez ajudem a compreender os impasses constatados no *processo* da RSB e a discutir suas perspectivas:

Esta pode ser uma surpreendente ‘lição’ dessa história: boa parte das ‘elites’ empresariais, intelectuais, militares e eclesiásticas tem escasso ou nulo compromisso com a nação, a sociedade nacional, o povo; em razão de seus vínculos sempre renovados, com as ‘elites’ transnacionais, desde o colonialismo ao globalismo. Por isso resta a impressão de que são estranhos, ou alheios; na realidade colonizadores, conquistadores ou desfrutadores. Visto assim, em perspectiva histórica

de larga duração, o projeto de ‘capitalismo transnacional’ ou ‘globalizado’, tem antecedentes no colonialismo e no imperialismo, entrando em novo ciclo com o globalismo (IANNI, 2004, p. 55).

As interpretações acima mencionadas,⁸ resultantes de macroleituras do Brasil, longe de serem exaustivas ou consensuais, procuram examinar a sociedade, a economia, a política e a cultura de forma menos parcial. Ao privilegiarem as relações existentes na estrutura social, podem contribuir para a contextualização do presente estudo e para a análise de um projeto de reforma social em distintas conjunturas.

Notas

- ¹ Depois de *O abre alas* de Chiquinha Gonzaga (1897) e *Pelo telefone* de Donga (1917), aparecem as obras de Pixinguinha, Caymmi, Noel, Luiz Gonzaga, a *Bossa nova* (59-60), a *Jovem guarda* (1965), *A banda* do Chico Buarque (1966) e juntamente com o *O rei da vela* de José Celso Martinez, foram criados *Alegria alegria* (Caetano Veloso), *Domingo no parque* de Gilberto Gil e o *Tropicalismo* (1968).
- ² Nessa linha de pensamento, segundo o autor, podem ser identificados Alberto Torres, Oliveira Viana, Francisco Campos, Hélio Jaguaribe, Bolívar Lamounier, entre outros.
- ³ Aqui se encontram Gilberto Freire, Thales de Azevedo, Jorge Amado, Darcy Ribeiro, Roberto da Matta, entre outros.
- ⁴ Nesta, sobressaem Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Gorção e Frederico Schmidt.
- ⁵ Nesse caso, aparecem intelectuais bem conhecidos como Roberto C. Simonsen, Rômulo Almeida, Celso Furtado, Francisco de Oliveira, Paul Singer e outros.
- ⁶ Entre esses economistas destacam-se: Eugênio Gudín, Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen e Delfim Neto.
- ⁷ Inspirados nos escritos de Caio Prado Júnior, aparecem nessa corrente Nelson Werneck Sodré, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, entre outros, além de escritores como Euclides da Cunha, Lima Barreto e Graciliano Ramos.

⁸ Ribeiro (1975), Fernandes (1975), Cardoso (1975), Sodré (1977), Fiori (1995), Oliveira (1999); Furtado (2000), Prado Júnior (2000); Buarque de Holanda (2000), Faoro (2000b), Ianni (2004).